

## Parecer da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) ao Despacho nº 1774-B/2017

A OPP gostaria em primeiro lugar de reconhecer o percurso notável efetuado pelo Estado Português no Combate aos Problemas Relacionados com os Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), o qual tem sido não só valorizado internacionalmente, como considerado referência para muitos países em todo o mundo. Neste percurso foram tomadas medidas que se traduziram em importantes avanços na qualidade dos cuidados de saúde em Portugal, apostando no desenvolvimento de respostas mais humanizadas, menos punitivas, e mais centradas nas verdadeiras necessidades individuais dos cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento e implementação de estratégias mais eficazes e eficientes de prevenção e de tratamento, com conseqüente redução do número de consumidores problemáticos. O investimento na criação e coordenação de um Modelo de Abordagem Integrada, com respostas de prevenção, reinserção, redução de riscos e minimização de danos, a par das intervenções de tratamento, traduzem a mudança de um paradigma centrado na doença para uma abordagem centrada no indivíduo, assim como nas diferentes dimensões envolvidas nas problemáticas ligadas aos CAD. Este Modelo, que se distingue dos modelos adotados por outras áreas da saúde, nomeadamente da saúde mental, muito marcados por respostas remediativas e pela perspetiva biomédica, permitiu a criação de organismos que puderam planear e coordenar as diferentes intervenções e estabelecer parceria com diversos organismos governamentais e não-governamentais, nomeadamente o IDT e o SICAD. Este forte investimento do trabalho em rede mobilizou parceiros a nível nacional (ex. Fórum Nacional Álcool e Saúde, Grupo para a Promoção do Uso Devido do Medicamento) e internacional (ex. Joint Action on Reducing Alcohol Related Harm - RARHA), concedendo dimensão às redes constituídas e à estratégia de envolvimento de diferentes entidades na construção das linhas de ação que vão ao encontro das metas traçadas, nomeadamente através de consultas públicas sobre documentos e projetos de diplomas legais de importância estratégica no domínio dos CAD. Destaca-se igualmente o trabalho articulado com entidades da administração pública com intervenção direta nas diferentes áreas de ação, mediante a dinamização de subcomissões em áreas específicas, e estratégias de contratualização com entidades da Sociedade Civil, respondendo a carências identificadas em diagnósticos

locais e regionais, concretizados com o envolvimento das organizações desses territórios.

Esta descentralização das respostas na área dos CAD, viabilizou soluções mais próximas do cidadão nomeadamente pela sua auscultação na planificação e estruturação das mesmas, permitindo uma maior articulação com os seus diferentes contextos de vida, nomeadamente educativo, laboral, social e familiar e comunitário. É também de sublinhar a progressiva valorização das equipas multidisciplinares, o que reflete claramente uma mudança de paradigma no olhar para a problemática das dependências, que deixou de ser interpretada apenas de um ponto de vista biomédico e/ou judicial, para ser sistematizada uma abordagem biopsicosocial. Neste sentido, valoriza-se o reforço de profissionais na área da saúde mental, nomeadamente o trabalho dos psicólogos, o qual neste modelo se alinha com o paradigma da Saúde Comportamental, enquanto vetor estratégico e de intervenção.

Assim sendo, mesmo que as consequências da mudança na arquitetura das respostas em CAD suscitada pela entrada em vigor do Decreto - Lei nº 124 / 11 de 29 de dezembro e legislação complementar, que promoveu a extinção do IDT, IP e a passagem da competência de operacionalização das respostas para as Administrações Regionais de Saúde, I.P. (ARS,IP), não tenha tido impacto major nas intervenções ao nível do tratamento, ganhou evidência que a mesma teve repercussões significativas na fragmentação e perda de coerência e consistência de respostas que requerem um trabalho de coordenação / articulação nomeadamente na implementação de programas operacionais de carácter nacional.

A OPP reforça assim a importância de assegurar o acesso a cuidados de saúde mental como medida preventiva de CAD, de forma a aumentar o alcance e a eficácia das políticas de saúde:

- Apostando no desenvolvimento de programas de promoção/prevenção nesta área
- Na manutenção das políticas de descentralização dos cuidados de saúde
- Na qualificação dos recursos humanos

Para este objetivo destaca-se a importância do trabalho dos psicólogos nos cuidados de saúde primários, em contexto educativo e nos serviços de intervenção especializada em CAD.

- Defendemos uma intervenção assente em respostas integradas nas diferentes dimensões: prevenção, tratamento, reinserção, redução de riscos e redução de danos
- Vamos ao encontro das conclusões de avaliações externas já realizadas, onde se destaca a descriminalização do uso de substâncias psicoativas (SPA), mas sobretudo a integração de respostas, enquanto Fatores Críticos de Sucesso que sustentam os ganhos em saúde alcançados em matéria de CAD. São exemplo as Conclusões da Avaliação Externa- Plano de Ação 2005-12 (Gesaworld<sup>®</sup>, 2013):
  - ▶ Ligeiro aumento do uso de SPA ilícitas em adultos
  - ▶ Redução do uso de SPA ilícitas entre adolescentes
  - ▶ Redução do peso dos crimes por consumo no sistema judicial
  - ▶ Redução na prevalência do uso endovenoso de SPA
  - ▶ Redução das mortes associadas aos consumos de SPA e das doenças infecciosas
  - ▶ Redução na estigmatização dos consumidores de SPA
  - ▶ Aumento das quantidades de SPA apreendidas pelas autoridades
  - ▶ Redução dos preços das SPA no mercado negro

A nossa posição vai assim no sentido da manutenção de uma estrutura vertical especializada, com autonomia e que agregue os serviços agora prestados, ou outros a serem incluídos, nessa estrutura (tipo Instituto da Droga e da Toxicodependência - IDT).

Lisboa, 28 de Agosto de 2017